

ARTIGOS

ASPECTOS DA RECEPTIVIDADE AOS ACORDOS ORTOGRÁFICOS

Edith Pimentel Pinto
USP

1. Qualquer alteração ortográfica, proposta em qualquer país e época, provoca sempre celeuma, podendo chegar a uma verdadeira "guerra de religião", como se disse recentemente na França, a propósito das muitas alterações discutidas e das poucas aprovadas.¹

Na história da ortografia portuguesa episódios semelhantes têm ocorrido desde meados do século passado, quando se levantou a questão da ortografia "sónica", em substituição à etimológica. A intensa participação da intelectualidade ficou atestada numa compilação dos principais estudos e depoimentos, organizada por Barbosa Leão e publicada em 1878.

A proposta em questão era realmente de molde a inflamar os ânimos, pois estava em causa, não uma simplificação de um corpo de regras, mas o próprio fundamento da ortografia, com suas muitas implicações, tais como o estabelecimento de uma pronúncia-padrão portuguesa, ainda não fixada.

Uma comprovação disto está no *Dicionário prosódico de Portugal e Brasil*, de João de Deus e António José Carvalho, onde a representação gráfica de certos vocábulos coincidia com a pronúncia brasileira e não com a portuguesa.² Assim, o **e** e o **o** átonos iniciais são representados respectivamente por **e** e **o** fechados, tal como em: **êduca**, **êfeito**, **êgoista**; e **ôbedecer**, **ôcasião**, **ôdioso** (exemplos transcritos do referido dicionário).³ É também o caso da nasalização da vogal inicial seguida de **m**, **n**, **nh**, a exemplo de: **cãma**, **bãno**, **cãno**, **têma**, **pêna**, **sêna** (idem).⁴

O mesmo dicionário registra, no entanto, o valor diacrítico das consoantes mudas **c** e **p**, cuja função é a de assinalar a abertura da vogal anterior, ponto que ainda hoje é motivo de discórdia entre brasileiros e portugueses. A propósito, note-se que, naquela época, Barbosa Leão já propunha a substituição dessas consoantes, ditas "nulas", por um acento grave, exemplificando com **eicêção**, **eicêto**, **eicêtuar**.⁵

2. As recentes negociações, que visaram expressamente à unidade ortográfica no mundo da lusofonia, longe de pretenderem alterações fundamentais, fixaram-se em certos pontos – sobretudo aqueles que marcam as principais divergências decorrentes da adoção dos Acordos de 1943 (Brasil) e 1945 (Portugal).

No entanto, apesar de assim restrita, a proposta levantou polémica em Portugal, onde são muito fortes as representações coletivas a respeito de língua, as quais, fundamentadas ou não, constituem um valor considerado inalienável.

Instalou-se, pois, um clima emocional, acentuado pelo desconhecimento, por parte da maioria, da história da língua e, em especial, da história da ortografia da língua portuguesa. Inflamaram-se os meios de comunicação e se multiplicaram obras cujo

título já denuncia a radicalização dominante, como em *Estão a assassinar a língua portuguesa*.⁶

No Brasil, embora não se tivesse atingido semelhante grau de extremismo, não faltaram argumentos aos opositores da reforma ortográfica.

3. Uma das alegações mais genéricas e mais repetidas é a de que brasileiros e portugueses perdem seu tempo com insignificâncias como ortografia, enquanto outros países convivem muito bem com as suas, por mais defeituosas que sejam. Dupla inverdade.

Em primeiro lugar, o assunto não é de pouca relevância, pois toda a civilização atual repousa sobre a palavra escrita, seja ela impressa ou computadorizada. E foi justamente esta última forma de veiculação da palavra escrita que levou à revisão ortográfica em certas línguas de cultura, como o francês e o alemão, entre 1988 e 1989: a linguagem do computador, baseada no inglês, que não tem acentos, cedilha, til, criou dificuldades para outras línguas, que se viram na contingência de aligeirar sua sobrecarga ortográfica.

No caso do francês, as tentativas de reforma constituem uma história das mais tumultuadas. Deixando de lado as lentas e comedidas alterações que se vinham processando desde a Idade Média, a primeira grande reforma se deu no século XVIII; e a segunda, por volta de 1830, fixou a forma atual, extremamente sobrecarregada. Neste século houve pelo menos quatro tentativas sérias, em que se envolveram escritores de renome e lingüistas da altura de Ferdinand Brunot; mas só a última (1988 – 1989) trouxe, afinal, alguns poucos frutos.

Também desde o começo desde século várias outras nações empreenderam atualização ortográfica: a Rússia, em 1917; e a Alemanha, entre 1900 e 1920, quando passou a vigorar a forma atual, objeto de nova investida em 1988, quando se pretendeu extrapolar o âmbito da ortografia, propondo-se outras alterações, como a eliminação das maiúsculas dos substantivos, a separação das sílabas não por critério etimológico, mas fonético, e a regulamentação do emprego da vírgula – um dos tormentos do aprendiz de alemão.

Não se trata, pois, de questão insignificante, nem do exclusivo agrado de luso-brasileiros – que foram até elogiados pelos franceses por sua boa disposição de retomar a tarefa.⁷

O que se nota de comum entre essas propostas de alteração ortográfica é seu caráter cauteloso, comedido, o que as situa muito aquém do desejável ou do necessário, mas evita o extremismo emocional da opinião pública.

Além desse argumento genérico, o da irrelevância da questão ortográfica, outros, mais específicos, têm sido levantados.

A análise de tais argumentos, que circularam por ocasião das duas mais recentes propostas (1986, 1990) de unificação ortográfica no mundo da lusofonia, permite classificá-los em dois grandes grupos, segundo a mentalidade que os determina: os de caráter conservador e os de caráter progressista.

Entre os conservadores predomina o subgrupo dos nacionalistas, muito mais numeroso em Portugal do que no Brasil, dado o peso da tradição, que molda as opiniões a respeito de língua e nacionalidade. Dele fazem parte, com grande atuação, os historiadores e alguns escritores, mas raramente os lingüistas, que dificilmente

endossariam a alegação de que alterar a ortografia é deturpar a língua – com exceção, talvez, de certos etimologistas, que vêem na forma da palavra um valor histórico inalienável.

Um segundo subgrupo de conservadores é constituído de comodistas, que se recusam a retocar a ortografia que aprenderam nos bancos escolares. Há entre eles até professores de língua, que nem se dão o trabalho de ler as bases do projeto, à espera de que não seja aprovado e, se for, de que não "pegue", como o Acordo de 1945.

Outro subgrupo de conservadores é o dos pragmáticos, alguns dos quais são imediatistas: admitindo o caráter convencional da ortografia, argumentam que, convenção por convenção, qualquer uma serve. Esquecem-se, evidentemente, de que convenções também se aperfeiçoam e que um aprimoramento discreto é facilmente assimilável. A isto contra-argumentam, concluindo que, se são assim tão pequenas as alterações, então não valem o transtorno que acarretam.

São também conservadores pragmáticos os que valorizam o aspecto econômico, o prejuízo das editoras com o envelhecimento rápido de milhares de livros.

Argumento deste tipo não impediu, por exemplo, a reforma do ensino da matemática, que, entre outros pontos, eliminou do currículo do secundário o programa de geometria. Nem, obviamente, deteve as reformulações político-geográficas, primeiro na África, depois no leste europeu – processo que arcaizou mapas, atlas, compêndios escolares, guias de viagem e similares.

A curto prazo, é evidente que os transtornos são inevitáveis e onerosos, mas, a longo prazo, o ressarcimento é certo, pois a compra de materiais atualizados é compulsória.

Há ainda os conservadores estetas, como os que, na França, recentemente, preferiram conservar o **ph** porque é muito charmoso... Entre os estetas, contam-se além de homens comuns, como os inqueridos na França, também escritores: são os enamorados do desenho da palavra, sentido como componente de seu potencial semântico.

Esse fato já fora observado, no século passado, por Latino Coelho, em seu *Relatório sobre ortografia*, organizado como subsídio para o projetado *Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa*, onde se lê:

"Há duas maneiras de considerar a ortografia (...): "Para uns a palavra escrita é apenas a fixação, a representação gráfica e analítica dos sons, por meio de sinais de convenção. Para outros é mais alguma coisa, é um conjunto sintético de notas, as quais, pela sua reunião, representam à vista como a figura e o colorido da palavra." "(...) um debuxo quase ideográfico, um símbolo da noção e da idéia, um retrato do objeto representado".⁸

Conciliador, Latino Coelho, para satisfazer a estes, propunha uma solução salomônica: que as palavras comuns, vindas do latim, se escrevessem pela "sônica", e as palavras cultas, garimpadas no latim e no grego pelos eruditos, mantivessem uma forma que lembrasse o étimo.

4. Já os espíritos progressistas, inclinados à renovação, geralmente são abertos ao exame das propostas de mudança ortográfica, embora ocasionalmente apresentem

restrições. Em princípio aceitariam certas alterações, mas não exatamente nos termos em que se propõem.

Para alguns a base da reserva é a suspeição. No Brasil, a propósito das sucessivas reformas ocorridas neste século, sempre se ouviu dizer que os membros da comissão negociadora, ou alguns deles, nada entendendo do assunto, aceitavam o encargo para ir passear a Portugal; ou, pior, eram entendidos, mas estavam vendidos aos interesses portugueses, em troca de certas vantagens.

É bom lembrar que tais farejadores da venalidade são hoje muito mais numerosos em Portugal que no Brasil, invertendo-se a situação.

Outros atacam, não a moralidade dos promotores do acordo, mas os seus critérios: só considerariam legítima uma reforma que fosse sancionada pela opinião pública, ou parte dela, tal como se fez recentemente na França, onde, obtido o assentimento de 90% dos consultados, a tarefa foi entregue aos especialistas.

Procedimento semelhante, no Brasil, além do alto custo, esbarraria em, pelo menos, dois obstáculos: a negligência, o desinteresse habituais, já muito evidenciados em pesquisas do gênero, cujo retorno é mínimo, em termos de respostas aproveitáveis; e a radicalização das posições, que, ignorando qualquer cautela, prefere reformar tudo de uma só vez, para liquidar o assunto.

Outro grupo de adeptos de reformas, também radicais, são os reformadores compulsivos, que estão sempre com a mão na massa, prontos a apresentar seu projeto particular, em geral de cunho fonético extremado, e baseado em sua experiência de falante, ou de sua região e seu nível sociolinguístico.⁹

Destacou-se nessa posição, nos anos 40, o General Bertoldo Klinger,¹⁰ seguido, anos afora, por muitíssimos outros, que, no geral, procuram professores de português, na esperança de apoio e divulgação.

Dentre esses reformadores radicais individualistas há ainda os que o são mais acentuadamente, dispensando o apoio e a adesão de quem quer que seja: limitam-se a usar uma ortografia particular em seus próprios textos. Um exemplo disso está nos artigos que, durante certo tempo, Glauber Rocha escrevia para a **Folha de São Paulo**.

Tal prática, explicável na ausência de uma ortografia oficializada, como nos tempos de Alencar, ressurgiu com os modernistas, não só como índice da independência do grupo, mas também como forma de protesto contra as reformas profundas – não de pormenores – que se sucediam desde o começo do século, num ritmo capaz de tirar o fôlego até aos interessados em acatá-las.

Finalmente, entre os inclinados a admitir mudanças ortográficas, sobretudo se criteriosas e cautelosas, distinguem-se, pela qualidade de suas restrições, os profissionais especializados – gramáticos, linguistas, professores de português, enfim, os estudiosos da língua. Estes examinam à luz da crítica os termos das propostas, identificam alguns pontos dignos de reparo e apresentam sugestões – aproveitáveis na eventualidade de uma retomada do assunto. Nesse sentido, e relativamente às mais recentes tentativas de unificação ortográfica no mundo lusofalante, lembramos os nomes dos professores Evanildo Bechara e Dorival Soares Ramos, autores, ambos, de sugestões sobre o emprego do hífen.

5. Enfim, somando-se os opositores sistemáticos aos defensores de uma reforma ideal, que jamais coincide com aquela que se tem em mira; e considerando-se ainda a

grande maioria de fato indiferente e difícil de sensibilizar-se com matéria desse teor, entende-se o motivo da rejeição cabal e das tentativas de torpedear os projetos de reforma ortográfica.

Refletindo nisso, pois eram em tudo semelhantes as reações ocorridas a seu tempo, concluiu Barbosa Leão:

"São fracas a razão e a lógica contra os preconceitos e os caprichos."¹¹

NOTAS

1. Cf. *Enquête orthographe: Le dossier du débat*, p. 40 e seguintes. Cf. Bibliografia.
2. "Se nalgumas palavras o leitor achar indicada uma prosódia que não é a sua, saiba também que em muitíssimos casos admittimos uma prosódia diferente, limitando-nos por brevidade a indicar a nossa preferida ou a que julgamos mais usual ou autorizada." – Apud Barbosa Leão, *Colêção de estudos e documentos a favor da reforma da ortografia em sentido sónico*, p. V. Cf. Bibliografia.
3. *Ib.*, p. 84.
4. *Ib.*, p. 12.
5. *Ib.*, p. 53 e 138.
6. Cf. Bibliografia.
7. *Enquête orthographe*, p. 46.
8. Apud Barbosa Leão, *Op. Cit.*, p. 110.
9. À guisa de exemplo: J. Vaz Pupo, *Ortografia popular brasileira*. Cf. Bibliografia.
10. *Ortografia simplificada brasileira*. Cf. Bibliografia.
11. Apud Barbosa Leão, *Op. Cit.*, p. 2.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, António José & DEUS, João de. *Diccionario prosodico de Portugal e Brazil*, 15. ed. rev. e muito aum. Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1918.
- AA. VV. *Estão a assassinar o português*. Temas portugueses: 17 depoimentos. Lisboa, Impr. Nac. / Casa da Moeda, 1983.
- GARIN, Christiane (org.). *Enquête orthographe: Le dossier du débat*. In *Le Monde de l'éducation*. Paris, out. 1989.
- ICALP – Revista do Instituto de Cultura da língua portuguesa. Jul. 1986, nº 5.
- KLINGER, Jeneral Bertoldo. *Ortografia simplificada brasileira*. Rio de Janeiro / s. Ed./, 1940.
- LEÃO, José Barbosa (org.). *Coleção de estudos e documentos a favor da reforma da ortografia em sentido sónico*. Lisboa, Impr. Nacional, 1878.
- PUPO, J. Vaz. *Ortografia popular brasileira*. Uma proposta de racionalização ortográfica para as gerações que nassem./ed. do A./
